



# JORNAL DOS PORTUÁRIOS

Sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em Geral dos Serviços Portuários do Estado de São Paulo

620- Abril/2016

## CAMPANHA SALARIAL 2016 - CODESP

# ASSEMBLEIA APROVA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Foto: Gisele de Oliveira

A vigência do acordo coletivo de trabalho SINDAPORT/Codesp é de junho de 2015 a maio de 2017. Firmamos o acordo em junho do ano passado e conseguimos reajuste salarial de 8,47% mais 2% a título de antecipação, que foi pago agora, no mês de janeiro. Além disso, conforme consta em nosso acordo coletivo, em 1º de junho de 2016, as partes - SINDICATO E CODESP - deverão negociar eventual recomposição referente ao período de 1º de junho de 2015 a 31 de maio de 2016. Por isso, promovemos assembleia e deliberamos uma pauta de negociação enxuta composta por 14 reivindicações. Caso a Codesp não acene com uma negociação até o dia 30 de junho, vamos partir para o dissídio coletivo.



Assembleia foi realizada dia 29 de março na sede do SINDICATO

### PORTUS

**Mais uma vez,  
Governo troca  
interventor  
do fundo de  
pensão.**

**Reunião com  
grupo de tra-  
balho já está  
agendada**

### FISCALIZAÇÃO

**SINDAPORT  
denuncia ao  
Ministério  
Público do  
Trabalho falta  
de pessoal e de  
segurança.  
Nova audiência  
já foi marcada**

### APOSENTADOS

**SINDICATO  
participa de  
reunião com a  
CODESP para  
discutir  
complementação  
de aposentadoria  
e Portus**

## EDITORIAL

# A conta não bate: Porto de Santos bate recorde, terminais anunciam investimentos, mas portuários continuam sendo demitidos

*Se achávamos que 2015 havia sido um ano difícil, marcado por arrocho salarial, demissões e escândalos, 2016 começou como um rolo compressor norteado por denúncias, escutas telefônicas e mais delações premiadas.*

*Ao que tudo indica o cenário político só deve piorar e então o que dizer do econômico... Em todos os setores trabalhadores estão perdendo seus empregos e empresas fechando suas portas ou enxugando custos. Todo mundo conhece alguém que perdeu o emprego nesse último ano.*

*Quem diria que uma das principais siderúrgicas do país, maior empregadora do pólo petroquímico do Estado, fosse reduzir o número de empregados e quase fechar as portas.*

*Demorou, mas o setor portuário também foi atingido. Quase todos os terminais do Porto*

*de Santos dispensaram empregados. Mas aí começa uma outra pergunta que vai na contramão de todo o cenário nacional.*

*Por que os terminais do Porto de Santos estão demitindo trabalhadores se o cais continua batendo recorde de movimentação, empresas estão anunciando investimentos e continuamos movimentando 25% da Balança Comercial?*

*A conta parece não fechar. Nesse turbilhão de dúvidas vemos terminais oferecendo índices salariais menores do que a inflação do período ou até zero por cento de aumento e o pior, sequer garantem a estabilidade do emprego. Ou seja, o trabalhador continua sendo atingido e essas perguntas mais uma vez ficam sem resposta.*

**A Diretoria**

**ATENÇÃO ASSOCIADO!!  
RETIRE NO DEPARTAMENTO DE  
APOSENTADOS DO SINDAPORT OS  
CARTÕES DA OSAN E DO PLANO DE  
SAÚDE SANTA CASA**

**EXPEDIENTE:** Jornal dos Portuários é uma publicação do Sindaport, localizado à rua Júlio Conceição, 91, Vila Mathias, Santos, SP. Telefone (13) 4009-0300 - E-mails: presidente@sindaport.com.br e secretaria@sindaport.com.br - EFETIVOS: Everandy Cirino dos Santos – Presidente; João de Andrade Marques – Vice Presidente; Luiz Roberto Gomes – Secretário-Geral; Edilson de Paula Machado – 1º Secretário; Eduardo Ferreira Herrera – 2º Secretário; Valdir Pfeifer da Silva Jr. – 1º Tesoureiro; David da Silva – 2º Tesoureiro; Antonio Mendes Filho – Diretor Jurídico; Ricardo Fernandes – Diretor de Patrimônio; Luiz Carlos dos Santos – Diretor Social - Jornalista Responsável: Gisele de Oliveira - Mtb 28.641. Redação, edição, diagramação e fotos: Gisele de Oliveira - Tiragem: 4.500 exemplares - Impressão: Diário do Litoral

# CAMPANHA SALARIAL 2016 PAUTA DE REIVINDICAÇÕES É APROVADA PELA CATEGORIA

*Enviamos ofício ao ministro de Portos Helder Barbalho informando-o sobre nossas reivindicações e solicitando empenho para o desfecho positivo de nossa Campanha. Também encaminhamos documento à Federação Nacional dos Portuários sugerindo que convoque todos os sindicatos portuários do país para mais uma campanha salarial unificada e um calendário nacional de lutas.*

Apesar do acordo coletivo de trabalho dos empregados da Codesp ser válido de junho de 2015 a maio de 2017, podemos discutir as cláusulas econômicas agora em 2016, lembrando que em janeiro já recebemos 2% de aumento salarial.

Como os cenários político e econômico apontam endurecimento do Governo na questão salarial dos servidores federais, o mesmo pode acontecer também para as empresas de economia mista, na qual se enquadra a Codesp.

Diante dessa situação, promovemos assembleia no dia 29 de março e a categoria deliberou e aprovou a Pauta de Reivindicações enviada à



*Infelizmente, poucos associados compareceram à assembleia*

diretoria da Codesp no dia 01 de abril. Também foi aprovado o calendário com o prazo máximo de 30 dias de negociação durante o mês de junho. A data base

da categoria é 01 de junho.

A categoria também autorizou a instauração de dissídio coletivo, caso não seja firmado o acordo coletivo.

## Diante da crise instaurada no país, priorizamos uma pauta de negociação enxuta com os seguintes itens:

1 - Reajuste salarial de 9,76 % (IPC-*FIPE*), extensivo as demais cláusulas econômicas  
2 - Aumento real de 5%  
3 - Adicional de turno  
4 - Hora de antecipação  
5- Opção por vale-transporte ou vale-combustível  
6 - Revisão do Plano de Cargos e Salários

7 - Atestado médico de acompanhante  
8 - Plano de incentivo e desligamento voluntário.  
9 - Aprimoramento funcional  
- 10 dias com mais flexibilidade  
10 - Reflexo do PECS na complementação de aposentadoria  
11 - Folga aos finais de semana

na - um por mês para os trabalhadores que atuam em turno ininterrupto  
12 - Reembolso para plano de saúde particular no mesmo valor do plano de Codesp  
13 - Adicional de risco  
14 - Manutenção das demais cláusulas

# Gport: após anúncio de protesto, Governo abre negociação

Após a guarda portuária de todos os portos do país anunciar um protesto nacional de duas horas para o dia 31 de março, o Governo abriu negociação e incluiu representantes da categoria em um grupo de trabalho formada pela Secretaria Especial de Portos. O motivo do protesto é a terceirização da guarda portuária, assunto que volta e meia vem à tona, é polêmico e já está sendo implantado no Porto de Paranaguá.

A terceirização da Gport foi o principal assunto discutido no final de fevereiro durante o Encontro Nacional da Guarda Portuária, em Paranaguá. O evento foi organizado pela Federação Nacional dos Portuários, Associação da Guarda Portuária do Paraná e Sindicato dos Trabalhadores na Administração dos Portos do Paraná.

Aqui em Santos, o SINDAPORT promoveu reunião com a categoria para expor as discussões ocorridas no encontro paranaense.

Diante desses últimos acontecimentos apresentamos que só existem dois caminhos a seguir: a manutenção da atual legislação que inclui as as portarias 121 e 350 da SEP ou a busca junto aos deputados uma nova legislação para a Gport. Sabemos que o momento político atual não é nem um pouco propício para a segundo item.

A categoria também deliberou sobre a criação de um grupo formado por guardas que poderá participar de viagens

para a discussão de assuntos envolvendo a categoria. Para isso também aprovou a criação de um fundo. Uma lista passará por toda a categoria neste mês de abril para que o guarda autorize ou não o desconto em folha de 3 parcelas de 20 reais

nos meses de maio, junho e julho.

É importante destacar que o SINDAPORT continuará enviando um diretor para reuniões que envolvam a categoria, sem nenhum custo adicional ao associado.



*Encontro nacional dos guardas portuários aconteceu em Paranaguá*

## Codesp vai fazer levantamento sobre ar condicionado

Após o SINDICATO encaminhar ofício para a Codesp cobrando melhorias nos gates, subsedes e Ufos, diretores do SINDAPORT estiveram reunidos com o diretor de Engenharia da estatal, Antonio de Pádua de Deus Andrade.

Assim como já tínhamos feito em janeiro do ano passado, reiteiramos novamente nosso pedido sobre a instalação de aparelhos de ar condicionado e troca de móveis. Diante do calor cada vez mais insuportável, os trabalhadores têm que improvisar ventiladores, que não dão conta. Além disso, sequer podem deixar as portas dos postos abertas por causa da poeira.

O diretor determinou imediatamente ao gerente do setor elétrico, Walter Ferreira Galvão, que seja feito um levantamento de todas as unidades citadas e providenciadas as devidas melhorias.

# Gport: documentos sobre a terceirização são entregues na Advocacia Geral da União

O presidente do SINDA-PORT Everandy Cirino dos Santos, o presidente da Associação Profissional da Guarda Portuária – Porto de Santos (Aprogport) Sinval Nascimento de Santana e o presidente da Federação Nacional dos Portuários Eduardo Guterra estiveram reunidos em Brasília com o consultor geral da União, José Levi Mello do Amaral Júnior.

Na pauta do encontro o parecer emitido pela Assessoria Jurídica da Advocacia Geral da União sobre o processo de terceirização da Guarda Portuária, já iniciado no Porto de Paranaguá.

Os representantes dos trabalhadores entregaram documentos ao consultor enfatizando a importância da preservação dos direitos dos guardas



Reunião foi em Brasília no dia 30 de março

portuários previstos nas portarias 121/2009 e 350/2014 da Secretaria Especial de Portos e os prejuízos que a terceirização da categoria acarretará aos trabalhadores e ao setor portuário.

O consultor afirmou que vai analisar os documentos.

Devido aos desdobramentos políticos, o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, não pôde participar da reunião.

## Mais um ano de sucesso do café da manhã do SINDAPORT

O café da manhã do SINDAPORT, que acontece sempre na segunda quarta-feira do mês, demonstra cada vez mais sua importância na vida dos companheiros das Docas. Bater papo, lembrar do passado na Companhia, levar a família ao sindicato. Para cada um, o café da manhã tem um significado diferente.

A diretoria do SINDAPORT agradece todos os companheiros que prestigiam e contribuem para o engrandecimento do nosso café da manhã. Anotem as próximas datas: **13 de abril, 11 de maio, 8 de junho e 13 de julho.**



Café da manhã é realizado na segunda quarta-feira do mês

# Bradesco vence licitação e assume folha de pagamento da Codesp

Após cinco anos atuando como responsável pela folha de pagamento dos empregados da Codesp, o Banco do Brasil será substituído pelo Banco Bradesco S/A.

A troca da instituição financeira estatal pelo maior banco privado do País atende a um dispositivo legal que prevê a realização, por parte da Codesp, de um novo processo licitatório ao fim do quinquênio. O Bradesco apresentou a melhor proposta e foi o vencedor da concorrência pública.

Nos termos da licitação o prazo para a transição é de 90 dias, cabendo ao Bradesco assumir não apenas a remu-

neração dos empregados da Codesp, bem como dos aposentados que recebem a complementação. O repasse das verbas e o consequente envio do boleto referente ao plano de saúde também serão de responsabilidade do Bradesco.

O SINDAPORT faz um alerta para os pagamentos feitos através do débito automático: quem tem contas de luz, gás, condomínios e outras pode negociar com o Bradesco a transferência e assim evitar qualquer prejuízo decorrente de um possível atraso. A recomendação também vale para os portuários da ativa e

aposentados que contraíram empréstimos consignados.

Segundo informações obtidas pelo Sindaport no setor de Recursos Humanos da Codesp, nos próximos dias o Banco Bradesco irá disponibilizar uma equipe de funcionários para sanar todas as dúvidas decorrentes da alteração, bem como apresentar a tabela de taxas praticadas pela instituição. Apesar da transferência dos salários para o Bradesco, os trabalhadores poderão manter suas contas no Banco do Brasil. Mais informações no RH da Codesp ou no plantão que será instaurado pelo Bradesco nas dependências da empresa.

---

## Associados do SINDAPORT podem optar por cremação em São Paulo ou em São Bernardo

*Plantão de atendimento estará no SINDICATO de 4 a 15 de abril, das 10 às 16 horas*

As famílias enlutadas, associadas ao SINDAPORT, podem optar no ato do serviço funerário pela cremação no cemitério da Vila Alpina, em São Paulo.

A Diretoria do SINDAPORT entrou em contato com o crematório municipal de São Paulo e obteve as seguintes informações:

Para as famílias que optarem em cremar em São Paulo, informamos que no contrato de assistência funerária vigente com a OSAN, **há cobertura de traslado do corpo para São Paulo sem custo adicional.**

A OSAN oferece aos associados do SINDAPORT 300Km

(percurso de ida e volta), permitindo, após a realização do velório na Baixada Santista, o transporte até o Crematório da Vila Alpina. Para isso, basta a família informar à OSAN, no início do serviço funerário, que deseja efetuar cremação naquele local. A OSAN tomará as providências quanto aos horários de velório e traslados para que tudo ocorra dentro da normalidade.

### **Crematório particular**

Outra opção conquistada pela diretoria do SINDAPORT é a cremação no Jardim da Colina, que fica em São Bernardo do Campo. **O crematório é par-**

**ticular e possui preços especiais para os associados do SINDAPORT.**

O transporte do corpo, neste caso, fica a cargo do crematório particular, que após a cerimônia de velório aqui na Baixada Santista faz o traslado até São Bernardo do Campo.

### **Atendimento**

Para que o associado receba mais informações sobre o serviço de cremação será montado um plantão de atendimento no SINDAPORT do dia 04 ao dia 15 de abril das 10 às 16 horas. Os associados poderão tirar dúvidas e contratar o serviço.

## PORTUS

# Mais um interventor assume fundo de pensão dos portuários

Representantes de sindicatos, da Federação Nacional dos Portuários (FNP), da Unaportus e da Associação de Participantes do Portus/Santos já estiveram reunidos com o novo interventor do Portus, José Pereira Filho, na sede do instituto, no Rio de Janeiro.

Mais uma vez, os participantes manifestaram preocupação com a situação real da entidade e cobraram uma solução para a crise financeira que afeta o Instituto há anos. O novo interventor afirmou que não assumiu o cargo com a intenção de liquidar o Portus, pois algumas patrocinadoras já assinaram ou pagaram suas dívidas e alguns débitos estão sendo cobrados na Justiça. Uma nova reunião já foi marcada na sede do Portus, no Rio de Janeiro, com o grupo de trabalho que analisa a situação financeira do Instituto.

## Opinião do SINDAPORT

*Mais uma vez, publicamente, o SINDAPORT manifesta sua opinião sobre a intervenção em nosso Fundo de Pensão PORTUS. Sempre deixamos claro nossa posição em sermos contrários as prorrogações por tempo indeterminado da intervenção. Nada contra nem a favor sobre os interventores nomeados pelo Governo Federal.*

*A Intervenção no PORTUS aconteceu em 22 de agosto de 2011 com a nomeação de José da Silva Crespo. Em 30 de novembro de 2012 houve a substituição pela interventora Maria Batista da Silva. E agora, em 19 de fevereiro de 2016, nova troca, assumindo como interventor José Pereira Filho.*

*Se, quando houve a intervenção, em agosto de 2011, o discurso do Governo era no sentido de “a intervenção seria necessária para que se pudessem aplicar as medidas necessárias para o reequilíbrio financeiro de nosso Instituto”, é isso que cobramos de nossos*

*governantes em Brasília, ou seja, uma solução definitiva, de longo prazo, para dar a tranquilidade que os nossos participantes merecem e fazem jus, sejam eles assistidos, que já recebem o benefício do Instituto, como também para os participantes ainda na ativa.*

*Defendemos que o déficit atuarial do PORTUS seja resolvido para que não fiquemos mais, a cada curto período de poucos meses, ouvindo comentários que o caixa do fundo estaria quase zerado, de que não haverá mais recursos financeiros para arcar com a folha de pagamento dos participantes assistidos e pior, sob o risco iminente de a atual intervenção terminar em liquidação.*

*Quando da primeira substituição de José da Silva Crespo por Maria Batista da Silva, surgiram boatos de que a nova interventora tinha fama de “liquidante”, pois havia passado por outros fundos de pensão que terminaram em liquidação.*

*Agora, com a chegada de*

*José Pereira Filho, surgem também novos comentários sobre a liquidação, pois ele já foi o “liquidante” dos fundos AERUS e URANUS. No entanto, sobre o novo interventor também já nos chegam boas informações. Que, além de um técnico competente e experiente, tem boas experiências junto a participantes e Entidades Representativas.*

*Além de desejar boa sorte ao novo interventor do PORTUS, esperamos que ele seja o último, para em breve o Instituto tenha uma nova Diretoria e Conselhos eleitos, voltando os trabalhadores a participarem da gestão de seu Fundo de Pensão. Aguardamos com ansiedade que o déficit seja resolvido, podendo os participantes assistidos terem um sono tranquilo todas as noites sem preocupação com o pagamento do mês seguinte e os participantes ativos terem a certeza de contar com o PORTUS quando se desligarem da empresa.*

*A Diretoria*

## ANÁLISE JURÍDICA

# O direito fundamental dos empregados portuários detentores da complementação de aposentadoria

Conforme Acordo Coletivo de Trabalho firmado em 04/10/63 entre o Governo Federal e a Federação Nacional dos Portuários, cujos termos são renovados ano a ano, a “remuneração do portuário inativo integrante de Sindicato filiado a Federação Nacional dos Portuários será complementada de modo a atingir o salário base do portuário na ativa, de igual categoria, acrescido do adicional por tempo de serviço a que fizer jus na data do desligamento.”

Essa regra simples deveria assegurar aos portuários que têm direito a complementação, um valor complementar a aposentadoria paga pelo INSS, de forma a atingir o salário do trabalhador em atividade, sempre considerando os reajustes salariais subsequentes, incluindo os planos de cargos e salários, sob pena de malferir o objetivo da norma coletiva que é garantir a isonomia remuneratória entre ativos e inativo.

Bem por isso, na década de 90, quando implantado o PUCS (Plano Unificado de Cargos e Salários) os complementados foram convidados pela CODESP a subscrever um “Termo de declaração e expressa concordância” onde a companhia passava a apurar a complementação nos valores daquele plano unificado de cargos e salários, mantendo a tão desejada isonomia garantida no acordo coletivo. Curiosamente, após aquela data, a empresa mudou a postura em detrimento do direito dos complementados. Sobrevieram sucessivos planos de cargos e salários e muitos complementados deixaram de receber o benefício, deixando a CODESP de manter e fiscalizar a aplicação

isonômica da norma coletiva.

Considerando a avançada idade dos que possuíam direito a complementação (somente os empregados admitidos até de 04/06/1965), tanto os Sindicatos como a Associação dos Integrantes da Portus deram início a uma longa e extenuante jornada de negociação coletiva.

A via judicial foi inicialmente descartada, porque os complementados têm idade avançada e não deveriam ser submetidos a processos judiciais.

Imbuídos da certeza de que o problema seria equacionado, o tema então passou a fazer parte da rotina e agenda do SINDAPORT, que promoveu reuniões com os interessados, solicitou pareceres ao departamento jurídico, efetuou cobranças sucessivas aos dirigentes da CODESP, promoveu assembleias, expediu ofícios, patrocinou expedientes convocando as autoridades competentes a equacionar o assunto. A diretoria da APP, por sua vez, sempre presente, até diligências ao Distrito Federal realizou, cobrando das autoridades e órgãos governamentais uma solução rápida para o problema.

Tais esforços, a par de não resolver o assunto de forma definitiva, resultaram em muitos frutos. Provocado, o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão de assistência direta e imediata ao Ministro do Planejamento, emitiu parecer fundamentado no sentido de que os complementados realmente têm direito de balizar o seu benefício com base no Plano de Cargos e Salários atual.

A partir do aval do DEST, al-

guas das companhias docas, como a CODERJ, de imediato deram início ao reenquadramento por transposição salarial para fins de pagamento da complementação, renovando a esperança dos dirigentes sindicais de nossa região de que a questão estava prestes a ter uma solução definitiva. Mas, infelizmente, os dirigentes da CODESP não promoveram a isonomia devida e esperada, desprezando os seus mais antigos e importantes empregados.

Partindo do argumento que o Plano de Cargos e Salários em vigor é “facultativo”, a CODESP não assegurou aos complementados a isonomia devida. Organizados pelas entidades representativas, os beneficiários solicitaram expressamente a transposição salarial, com os dirigentes renovando os pedidos e requerimentos para pronto atendimento do assunto, buscando, enfim, uma solução, que não ocorreu.

O fato é que transcorrido todos os prazos legais e todas as etapas possíveis de negociação coletiva, a CODESP sequer respondeu as centenas de requerimentos formulados, fazendo do episódio a mais significativa violação de um direito adquirido pela negociação coletiva. **Escoado o prazo concedido de 60 dias para a CODESP implantar a revisão, teve início a propositura das ações judiciais procurando fazer valer o que esses trabalhadores têm por assegurado na norma coletiva.**

O processo correrá com prioridade por expressa determinação da lei processual.

**Cleiton Leal Dias Júnior**  
Advogado do Departamento  
Jurídico do SINDAPORT



# SINDAPORT e APP participam de reunião com a Codesp sobre a complementação de aposentadoria e o Portus

No dia 28 de março, a diretoria do SINDAPORT e o presidente da APP/Santos, Odair Augusto de Oliveira, estiveram reunidos com o departamento jurídico da Codesp e com o presidente Alex Oliva. Na pauta do encontro dois importantes assuntos: **Reflexos do Plano de Cargos e Salários/2013 nas Complementações de Aposentadorias e Portus.**

Sobre o reflexo do PCS na complementação, o assunto foi remetido pela diretoria da Codesp para análise do Departamento Jurídico da empresa. O parecer deve ser encaminhado ainda neste mês de abril com despacho favorável, uma vez que não há nenhum impedimento de ordem jurídica.

No entanto, com relação a parte financeira, essa questão deverá ser analisada pela dire-



Associados aposentados aguardam com ansiedade o reflexo do PCS na complementação

toria da empresa. O presidente Alex Oliva mais uma vez assumiu o compromisso de, assim que receber o parecer de Departamento Jurídico, levar o assunto para reunião de Direx – Diretoria Executiva.

Ele afirmou ainda que, independentemente de já existir um parecer favorável do Dest, o grande impacto financeiro na folha de pagamento deverá ser estudado para que a questão possa ser equacionada.

## PORTUS

Em relação ao Portus, independentemente do trabalho de saldamento do déficit atuarial do plano que vem sendo constantemente solicitado pelas entidades representativas junto ao Governo Federal, foi perguntado ao presidente da Codesp, Alex Oliva, sua opinião sobre a possibilidade de ser implementada a segregação do Portus por patrocinadora, ou seja, cada Companhia Docas assumiria individualmente a folha de pagamento de seus empregados representados no Instituto.

Em resposta, Alex Oliva avaliou que, em se tratando de Portus, tudo é possível, porém, por sua complexidade, o específico tema requer um estudo mais aprofundado feito por técnicos experientes e especializados.

Por fim, solicitamos ao presidente da Codesp que, após a análise da reunião da Direx que irá deliberar sobre a complementação de aposentadoria, a decisão seja comunicada rapidamente para os sindicatos e à APP.

Vamos aguardar os próximos dias.

# Problemas no setor de Fiscalização da Codesp são alvo de nova audiência no MPT

*Mais uma audiência no Ministério Público do Trabalho está marcada para o próximo dia 7 de abril entre o SINDICATO e a Codesp visando resolver os conflitos existentes no setor de Fiscalização, após a implantação do turno de seis horas.*

Foi positiva, na avaliação do SINDICATO, a primeira audiência realizada no Ministério Público do Trabalho, no último dia 7 de março, solicitada pelo SINDAPORT por meio de ofício enviado em janeiro deste ano.

Vale lembrar que na primeira reunião com o presidente da Codesp, Alex Oliva, após a implantação do turno de 6 horas, o presidente do SINDAPORT, Everandy Cirino, fez questão de alertá-lo que *“literalmente a implantação do turno de 06 horas estava sendo feita nas coxas.”*

Cirino citou vários pontos nas escalas e procedimentos operacionais que, para o SINDAPORT, trariam possíveis riscos de acidentes por conta da falta de fiscalização mais efetiva e presente em cada navio.

O presidente Everandy Cirino deixou claro ao presidente da Codesp que os assuntos poderiam

e deveriam ser tratados separadamente, ou seja, a perda do ganho dos trabalhadores com o fim das escalas de horas extras deveria ser discutida e negociada através de hora de repasse ou adicional de turno. Porém, Alex Oliva deixou claro que todos os procedimentos de segurança foram detalhadamente analisados.

## AUDIÊNCIA MPT

Diante da falta de acordo, o presidente do SINDICATO explicou durante a audiência no MPT que acredita que os representantes da Codesp presentes não conhecem especificamente da situação, sequer a fiscalização como um todo, e que seria muito mais adequado estar presente o Superintendente de Fiscalização, respeitando, no entanto, os conhecimentos jurídicos e de RH dos representantes da Codesp.

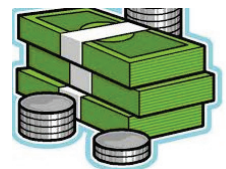
Após ouvir as partes, o procurador do Trabalho afirmou que: *“no âmbito de um procedimento de mediação, não entende ser conveniente a fixação de qualquer tipo de ordem ou diretriz à suscitada (Codesp), e sim, fazer com que as partes cheguem a um acordo”*.

E ainda, *“no mérito da questão, revela-se preocupante a situação narrada pelo Sindicato, na razão em que, nitidamente a segurança do trabalho pode estar comprometida. Mesmo sem conhecimento profundo da realidade vivenciada pelos trabalhadores, não parece razoável que um trabalhador seja obrigado a fiscalizar a operação portuária de mais de um navio ao mesmo tempo.”* Como, segundo ele, a situação é complexa e, como via de regra, a mediação não se exaure em apenas um encontro, marcou nova audiência para o dia 7 de abril, às 13h30.

## PIDV FICA PARA 2017

*Conforme levantamento feito pela Codesp e apresentado pelo próprio Alex Oliva durante o I Simpósio de Direito Marítimo e Portuário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em São Paulo, a faixa etária dos trabalhadores da estatal está na casa dos 50.*

*Dos 1.494 empregados, 94 têm 56 anos; 85 têm 57 anos, 77 têm 55 anos.*



Após o SINDAPORT enviar ofícios à Codesp, SEP e ao DEST solicitando a implantação do PIDV, o próprio presidente da Companhia, Alex Oliva, garantiu ao presidente do SINDICATO, Everandy Cirino dos Santos, que teríamos novidades ainda neste ano sobre o desligamento incentivado dos empregados.

Mesmo sem o aval para a realização do concurso público, o presidente da Codesp solicitou aos setores da empresa levantamento sobre a necessidade de novos profissionais. Para a entrada de novos empregados é necessário que antigos deixem seus postos e o PIDV é nossa antiga reivindicação.

No entanto, diante da grave crise político-econômica que atinge o Governo Federal, o presidente da Codesp voltou a falar com o presidente do SINDAPORT e informou que o plano de desligamento só deve ser implantado no próximo ano. Isso, é claro, se as coisas melhorarem.